

## O TERRITÓRIO DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: O CASO DA CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DAS VÁRZEAS DO RIO IVINHEMA – MATO GROSSO DO SUL – BRASIL

### THE TERRITORY OF ENVIRONMENTAL SUSTAINABILITY: THE CREATION CASE OF 'PARQUE ESTADUAL DAS VÁRZEAS DO RIO IVINHEMA' - MATO GROSSO DO SUL - BRAZIL

DÉBORA CRISTINA MACORINI OCON

Universidade Estadual de Maringá  
deboraocn@hotmail.com

**RESUMO.** Este trabalho de pesquisa está vinculado às observações realizadas durante o desenvolvimento da tese de doutoramento desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Geografia na Universidade Estadual de Maringá, em conjunto com as reflexões realizadas no Grupo de Estudo de Redes de Poder, Migrações e Dinâmicas Territoriais – GEPES. Especificamente o território do Parque Estadual das Várzeas do rio Ivinhema foi construído por meio de medida compensatória entre o Estado de Mato Grosso do Sul e a Companhia Energética de São Paulo, para isso foi necessário a aquisição de 45 (quarenta e cinco) propriedades rurais privadas que mantinham atividades econômicas ligadas ao setor agropecuário, durante este trâmite de compra/venda das propriedades foi possível identificar que a construção deste território entre negociação Estado e Construtora, alicerçou-se no ideário de sustentabilidade ambiental. Atualmente, no Brasil, as Unidades de Conservação (UC) são criadas em decorrência do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei nº 9985, 18 de julho de 2000), esta lei normatizou duas categorias de UCs: Unidade de Conservação de Uso Sustentável e Unidade de Conservação de Proteção Integral, esta última corresponde a categoria do Parque em questão. Portanto, o objetivo deste trabalho é discutir a transformação do território para satisfazer a sustentabilidade ambiental. Neste caso, considera-se sustentabilidade ambiental a relação existente entre os elementos da Natureza, e não necessariamente a relevância destes para a sociedade, é importante destacar que o ideário de sustentabilidade foi originado a partir da 1ª Conferência Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente. E, após esta reunião, segue estruturada no modelo de desenvolvimento social global, dicotomicamente há diretrizes em políticas públicas de preservação e conservação ambiental, mas por outro lado, a sociedade segue estruturada em produção de excedente e alto consumo. Metodologicamente esta discussão está correlacionada ao conflito gerado com a criação do PEVRI, para isso foi realizado levantamento de dados primários e secundários, observações em reuniões do Conselho Consultivo do PEVRI e leituras de obras bibliográficas.

**PALAVRAS-CHAVE.** TERRITÓRIO, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

**ABSTRACT.** This research is linked to the observations made during the development of the thesis developed in the Graduate Program in Geography at the State University of Maringa, together with the reflections in the Study Group Network Power, Migration and Territorial Dynamics - GEPES. Specifically the territory of the Parque Estadual das Várzeas do Rio Ivinhema was built through compensatory measure between the Estado de Mato Grosso do Sul and the Companhia Energética de São Paulo, it was necessary for the acquisition of 45 (forty five) private farms who held economic activities related to agriculture sector during this proceeding to sale/purchase of properties, we found that the construction of this negotiation between state and territory construction, its foundations in the ideals of environmental sustainability. Currently, in Brazil, the Conservation Units (CU) are created as a result of the Sistema Nacional de Unidade de Conservação (Lei nº 9985, July 18, 2000), this law has standardized two categories of CUs: Unit Conservation and Sustainable Use units of Integral Protection Conservation, the latter corresponds to the Park category in question. Therefore, the aim of this paper is to discuss the transformation of the territory to meet environmental sustainability. In this case, it is considered environmental sustainability of the relationship between the elements of nature, and not necessarily their relevance to society, it is important to note that the ideas of sustainability originated from the 1ª World Conference of the United Nations Environment. And, after this meeting, following structured in global social development model, dichotomously there guidelines on public policies for environmental preservation and conservation, but on the other hand, the company follows structured surplus production and high consumption. Methodologically this discussion is correlated to the conflict generated by the

creation of PEVRI for this survey was conducted of primary and secondary data, observations at meetings of the Advisory Council of PEVRI readings and bibliographical works.

**KEYWORDS.** TERRITORY, CONSERVATION UNITS, ENVIRONMENTAL SUSTAINABILITY.

## APRESENTAÇÃO

O PEVRI é uma Unidade de Proteção Integral (UPIs) e tem como objetivo a preservação da natureza, admitindo-se apenas o uso indireto de seus recursos. Está vinculado indiretamente e as atividades de pesquisas; visitas com fins educacionais como, por exemplo, aulas de educação ambiental.

As atividades indiretas previstas no uso das UCs devem estar descritas e regulamentadas através do Plano de Manejo (documento criado para cada Unidade de Conservação) que regulamenta a área de conservação ambiental e sua zona de amortecimento (perímetro de transição entre as áreas às atividades econômicas e à preservação ambiental).

O objetivo de criação e implantação de UC é garantir a proteção e conservação das espécies e processos ecológicos naturais, esta finalidade inclusa na legislação brasileira é diagnóstico e condições para a construção de planos de manejo. No grupo de UPIs as categorias que se destacam são: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; Refúgio da Vida Silvestre.

Especificamente o PEVRI abrange os municípios de Jateí (42.846,0575 ha), Naviraí (16.284,8512 ha) e Taquarussu (14.214,2413 ha), inserido na bacia do Rio Ivinhema possui uma área total de 73.345,15 há, no estado de Mato Grosso do Sul.

O PEVRI foi criado pelo decreto nº 9.278 de 17 de dezembro de 1998, como medida compensatória a construção da Usina Hidrelétrica Eng<sup>o</sup> Sérgio Motta conhecida popularmente por Porto Primavera, localizada no rio Paraná, na divisa entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul.

Atualmente o PEVRI recebe este nome por causa das características físicas do ecossistema local, a paisagem da região é caracterizada por uma extensa planície aluvial e está localizada na bacia hidrográfica do rio Ivinhema (nome de origem indígena que significa “rio com duas foz”).

Conforme informações constantes no Plano de Manejo do PEVRI, a vegetação encontrada é predominantemente do bioma cerrado, porém pode-se observar manchas de mata atlântica. As várzeas é outra característica do local e servem, principalmente, de áreas de refúgio para animais e vegetais típico.

Como previsto no SNUC esta UC é de Proteção Integral e, sendo assim, seu uso está condicionado a atividades de pesquisa científica e educação ambiental com prévia autorização do órgão competente, neste caso o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (IMASUL).

Esta UC está sob regimento do Estado de Mato Grosso do Sul, através do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, por meio da Superintendência de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Este Parque Estadual foi à primeira Unidade de Conservação criada no estado de Mato Grosso do Sul, e também o primeiro a ter seu plano de manejo publicado e sua zona de amortecimento

criada por decreto, mas isso não minimiza as áreas de tensões nem divulga formas de negociação de compra/venda da terra para sua implantação.

Durante a implantação desta UC houve negociação fundiária e territorialidades que se estabeleceram com o objetivo de conservar os elementos naturais. Junto a estas, percebe-se os aspectos de singularidades perpassam a simples criação de uma UC e conjuga a complexidade de implantação como o estabelecimento de “novas” relações sócio-territoriais aos atores envolvidos diretamente e indiretamente ao processo.

Os municípios de Jateí, Naviraí e Taquarussu, que têm suas áreas atingidas pela construção do PEVRI recebem mensalmente recurso financeiro relacionado a área da UC, o ICMS<sup>1</sup> ecológico, em contrapartida pela perda das atividades econômicas antes existentes no local. O valor do ICMS ecológico é calculado mediante ao tamanho da área do município que está localizado em território pertencente a Unidade de Conservação.

## PROBLEMÁTICA

Uma das críticas a este tipo de medida compensatória é a forma com que esta desconfiguram os espaços socialmente construídos e implanta pseudo-projetos de minimização de impactos ambientais e sociais.

Concomitantemente representa o olhar e a prática moderna de fragmentação e individualização social, como se essas obras pudessem “devolver<sup>2</sup>, ou até mesmo resgatar<sup>3</sup>”, à população e aos animais, os valores e costumes que estão e estavam ligados diretamente ao seu espaço de moradia e trabalho.

Como particularidade nesta reflexão que permeia os grupos de poder e as UCs, e em sua totalidade, as transformações sociais têm sido marcadas por conflitos e contradições, mesmo sabendo que esta é uma característica de reprodução do modelo de produção e consumo capitalista. Nesta pesquisa pretende-se dar ênfase na observação e entendimento das territorialidades que dão suporte ao estabelecimento de poder por grupos dominantes ou resistentes ao processo, e não apenas focar em diagnóstico preliminar sobre a construção PEVRI vinculada a construção da barragem e do lago da Usina Hidrelétrica (UH) Eng<sup>o</sup> Sérgio Motta.

Neste propósito percebe-se “novas” territorialidades, estabelecidas nas relações de constituição dos grupos de poder, que modificam não somente o território, mas também as relações entre os atores envolvidos.

Além de conflitos e contradições há acordos pacíficos firmados entre grupos de poder, pois assim como as territorialidades construídas em forma de resistência, percebe-se que negociações econômicas ultrapassam os interesses de pertencimento ao local, as contradições geralmente são mais significativas no processo de implantação das UCs, por ser neste período que os atores sociais irão notar as transformações.

---

1 Segundo Constituição Art. 155, Inciso II – operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior. No caso do ICMS ecológico é um Tributo direcionado aos Municípios, Estados e Distrito Federal para utilização em ações de preservação e educação ambiental.

2 A palavra *devolver*, aqui empregada, é utilizada no sentido em que essas pessoas ou famílias tiveram algo retirado, e os projetos “sociais” devolverão toda a espacialidade retirada.

3 Já a palavra *resgatar*, aqui empregada, é utilizada no sentido em que essas pessoas ou famílias tiveram algo tomado de si, e os projetos irão reavivar o que parece estar oculto.

Em consonância com a reflexão de implantação das UCs, pensa-se que no complexo processo há, segundo Pereira (2005, p. 121): “(des)construção dos lugares por meio da (re)criação de paisagens e da “adequação” da diversidade de representações promotoras de tensões e conflitos colocam em risco a qualidade dos espaços protegidos, destacando a (im)possibilidade do Estado de atender aos interesses díspares na/da sociedade”. No caso PEVRI avalia-se que o risco é justamente a (re) construção de territorialidades não pertencentes ao território, e conseqüentemente a existência de tensões frente ao uso da terra.

Para isso, o entendimento sobre os conflitos e tensões/resistências geradas na implantação das UCs é observado, nesta pesquisa, uma vez que o estudo de caso está alicerçado sob a ótica da (re)construção de um determinado território. (Re)construção no sentido de que as relações de poder existentes no território vão permanecer e dialeticamente se transformar, mas ainda, essas relações de implantação de UC cria-se condições para o surgimento de relações de poder inexistentes ao território, dando espaço para o surgimento de conflitos entre grupos e atores sociais.

### QUESTÃO CENTRAL

Considera-se como tese central de que as Unidades de Conservação são territórios socialmente construídos por relações de poder, em que cada grupo ou ator de poder impõe suas necessidades, por meio e estabelecimento de “novas” territorialidades ao espaço geográfico local.

Para este estudo entende-se por ator<sup>4</sup> de poder, um ser social, o qual é possuidor de poder na relação de oposição estabelecida socialmente com outro ser. Sendo assim, o poder é relacional de um/para com o outro ser social durante o processo de construção coletiva do território. Já o grupo de poder, foi pensado como o universo de dois ou mais seres sociais que se unem mediante o poder estabelecido na disputa e resistência a uma causa específica.

Os grupos de poder não possuem unidades físicas delimitadas no espaço social, a materialização destes grupos é a própria relação de poder estabelecida entre os atores que o integram, podendo ter diferentes interesses vai depender do que o grupo fomentará em oposição a outro.

Os atores e grupos de poder só existe na mediação do poder de um para com o outro, portanto, o poder é relacional, sendo possível a união, e, ao mesmo tempo a fragmentação do coletivo mediante disputas e resistências ao poder oposto.

Neste caso, o PEVRI está sendo observado mediante a tese de que o poder estabelecido para a criação e implantação do Parque entre os grupos e atores estavam atrelados a interesses externos ao território, ao criar o parque o poder de cada grupo fixará ao território “novas” territorialidades.

Assim, o poder passa da instância de disputa e resistência, e transforma-se em territorialidades materializadas na relação com outros elementos já existentes no território da UC. Ao exemplificar este fato, pode-se considerar a seguinte observação, o território foi ocupado por propriedades privadas com atividades ligadas ao setor agropecuário, ao criar a UC, essas propriedades transformam-se em espaços públicos e não mais privados, e ainda sem essas atividades econômicas.

As propriedades que transformaram-se em pública (UC) serão organizadas mediante as

<sup>4</sup> A relação social construída pelo ator é um ato, para JAPIASSU & MARCONDES (1996, p. 19) a palavra ato é originada do latim: *actum*, que significa fato realizado, sendo, portanto: 1. *Todo o exercício voluntário de poder material, ou espiritual, por parte do homem.* 2. *Um ser em ato é um ser plenamente realizado, por oposição a um ser em potência de devir ou em potencialidade (Aristóteles).*

normativas do Estado, e internamente as territorialidades não serão mais intermediadas por peões e patrões, bovinos e onças, e sim por poderes constituídos externo ao território, como a proibição do turismo, da pesca, entre outras atividades humanas.

O PEVRI, portanto não é a única constituição de território com territorialidades externo ao local, mas representa a construção histórica-social das relações de poder mediante a criação e implantação de UC no Brasil, para isso, é necessário caracterizar especificamente o território em questão.

Historicamente, as reflexões aqui realizadas, estão datadas em dois momentos históricos distintos, sendo o primeiro meados ao da década de 90 do século XX, quando se deu a criação; e início dos anos 2000 até a atualidade, do século XXI, com a implantação do Parque, esses momentos históricos estão intrinsecamente correlacionados, mas é necessário destacar porque trata-se do tempo social, não necessariamente registrado em dias e horas mas em fatos que marcaram os acordos estabelecidos entre proprietários de terra e Estado.

A história de criação do PEVRI qualifica a tese, porque em conjunto com a implantação da UC poderá apresentar territorialidades que estavam/ficaram/transformaram/surgiram com a territorialização do parque.

### INTERLOCUÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

Para compreender teoricamente o poder, e de que forma esses Grupos se organizam, é necessário considerar que poder é relacional e está presente em todas as formas de relações sociais. Para Bobbio (1987, p. 77), a construção filosófica o poder aparece na intermediação da explicação entre a Política e o Estado, para explica-lo existe *três teorias fundamentais: a substancialista, a subjetivista e a relacional*.

Nas teorias substancialistas, o poder é concebido como uma coisa que se possui e se usa como um outro bem qualquer. Típica interpretação substancialista do poder é a de Hobbes, segundo a qual “o poder de um homem... consiste nos meios de que presentemente dispõe para obter qualquer visível bem futuro”[1651, trad. It. p. 82]. Que estes meios sejam dotes naturais, como a força e a inteligência, ou adquiridos, como a riqueza, não altera o significado precípua do poder entendido como qualquer coisa que serve para alcançar aquilo que é o objetivo do próprio desejo.

O poder para Hobbes é explicado principalmente com a possibilidade de que é uma coisa que se têm, de forma natural ou adquirida, por causa da explicação dos tipos de Governos. No contexto explicativo, considerar-se a Monarquia, a qual destaca-se o poder nato ao governante, aquele que governa nasce com o poder de governar o território, já na Democracia o poder do Estado é transferido para o governante mediante a “conquista” dos votos.

Além de Hobbes e Bertrand Russell são considerados no desenvolvimento de suas teorias substancialistas, por Bobbio.

Para Bobbio o autor Bertrand Russell (1938), considera que o poder consiste na “produção dos efeitos desejados” e pode assumir enquanto tal três formas: poder físico e construtivo, poder psicológico e poder mental. Essas formas de poder estariam representada nas relações humanas

de tal forma que se materializa na atuação do poder militar, das ameaças e da persuasão.

Assim, Hobbes e Bertrand Russell são considerados substancialistas por teorizar o poder enquanto fenômeno de diferente origens, os dois autores mencionados por Bobbio apresentam diferentes formas do Poder se estruturar perante a sociedade, no primeiro caso, considerando as formas natural e adquiridas, e no segundo, as formas físicas e construtivo, psicológica e mental.

Já na interpretação realizada teoricamente por Locke (1964, II, XXI) é caracterizada por ser tipicamente subjetivista, para Locke apud Bobbio (1987, p. 77) *“que por ‘poder’ entende não a coisa que se serve para alcançar o objetivo mas a capacidade do sujeito de obter certos efeitos”*, assim, partindo das teorias subjetivistas o Poder poderia ser visto como algo inerente a ao sujeito aquilo que já está determinado.

No caso, do trabalho de pesquisa desenvolvido na verificação dessa tese, não é possível utilizar-se das teorias de Locke, visto que o Poder estruturados nos Grupos de Poder em destaque, é processo de ordem flexível, dado momento da história, aparece no processo como dominador ou dominado.

Para Bobbio (1987, p. 82) são vários os critério que foram adotados por pesquisadores, para definir o poder, *“a definição de poder político como o poder que está em condições de recorrer em última instância à força (e está em condições de fazê-lo porque dela detém o monopólio) é uma definição que se refere ao meio de que se serve o detentor do poder para obter os efeitos desejados”*. [Grifo nosso]

O meio de que se serve, está vinculado a análise nessa tese quando apresentamos os elementos estruturantes do poder em um determinado Grupo, assim a economia, a ideologia e a política é o meio pelo qual o dominador domina o Grupo dominado.

Coube para Locke refletir de modo subjetivista, por entender que o objeto de análise desse pesquisador esteve atrelado a observação dos soberanos em relação aos súditos, e juristas com o ordenamento jurídico.

E além das teorias substancialista e subjetivista, desenvolvidas respectivamente por Hobbes e Russell, e por Locke, é necessário destacar a teoria relacional do poder, teoria, essa, fundamental para a verificação da tese de que os Grupos de poder são estruturados mediante o poder estruturante externos ao território que irão atuar. Bobbio (1987, p. 78) destaca que o *“conceito relacional de Poder é a interpretação mais aceita no discurso político contemporâneo”*, definindo *“[...] que por “poder” se deve entender uma relação entre dois sujeitos, dos quais o primeiro obtém do segundo um comportamento que, em caso contrário, não ocorreria”*.

Esse conceito é desenvolvido nas teorias de Robert Dahl, considerando que a relação entre atores é estabelecida na mediação da indução, sendo um ator induzido por outro a atuar socialmente de forma anteriormente não atuada. Assim, sendo o Poder é constituído na mediação relacional entre o ator dominado e o dominador, ao ponto de que essa atuação estrutura um determinado Grupo.

O Grupo de poder estará estruturado na estruturação relacional de um Grupo com interesses contrário, da mesma forma como acontece entre os atores de poder, os Grupos de poder são a negação da estruturação do grupo contrário aos seus interesses.

Para DAHL (apud BOBBIO, 1987, p. 78):

A influência [conceito mais amplo, no qual se insere o de poder] é uma relação entre atores, na qual um ator induz outros atores a agirem de um modo que, em caso contrário, não agiriam” [ 1963, trad, it. P. 68]. Enquanto relação entre dois sujeitos, o poder assim definido está estreitamente ligado ao conceito de liberdade; os dois conceitos podem então ser definidos um mediante a negação do outro: “O poder de A implica a não liberdade de B”, “A liberdade de A implica o não-poder de B.” (Grifo nosso)

Esses aqui considerados elementos estruturantes, para Bobbio é a tipologia para explicar o meio estabelecido pelos Grupos de poder.

Para o autor citado no parágrafo anterior, o poder econômico é caracterizado pela mediação da riqueza, o poder ideológico pelo saber e o poder político pela força.

O poder econômico é para Bobbio (1987, p. 82) “[...] *aquele que se vale da posse de certos bens necessários ou percebidos como tais, numa situação de escassez, para induzir os que não os possuem a adotar um certa conduta*”.

Assim, o poder econômico é característica de um determinado Grupo de poder quando a mediação dá-se pelo montante de bens ou propriedades pertencentes de forma privada ao Grupo. O poder econômico pode estar presente em diferentes formas de organização social, basta ter um ator ou Grupo que possua a riqueza que o outro ator ou Grupo não possui. Na forma de organização feudal, mercantil e capitalista essa característica é estruturada em todas as relações, como no caso da relação estabelecida entre o proprietário dos meios de produção e o proprietário do trabalho, o fato do trabalhador estar na condição de dominado, é o proprietário dos meios de produção que regulamentará a forma como esse irá desenvolver suas atividades laborais.

No objeto de pesquisa, é identificável os Grupos de poder: CESP, ENGEA Proprietários de terra, THEMAG e UMAH, visto que o poder econômico contido na relação desses Grupos faz com que o território do PEVRI seja criado, economicamente a CESP é a empresa construtora, empregadora do Consórcio formado por THEMAG/ENGEA/UMAH que ao mesmo tempo cada uma dessas empresas irão atuar de forma econômica por estarem vinculadas ao processo com a possibilidade econômica, na relação apenas entre CESP e Consórcio THEMAG/ENGEA/UMAH, a primeira é a dominadora e a segunda a dominada por ser contratante e contratada.

O poder ideológico, pode ser considerado como [...] *aquele que se vale da posse de certas formas de saber, doutrinas, conhecimentos, às vezes apenas de informações, ou de códigos de conduta, para exercer um influencia sobre o comportamento alheio e induz membros do grupo a realizar ou não realizar uma ação.*(BOBBIO, 1987, p. 82)

O PEVRI é a representação territorial da dominação dos Grupos de poder ideológico, uma vez que a ideologia do Desenvolvimento Sustentável está na consolidação de alguns Grupos, especificamente: o CONAMA e a SEMADES foram criados para fortalecer a ideologia nos órgãos de controle social e governamental e a legitimam.

A legitimação do DS por órgãos governamentais e de controle social, podem ser representados na forma de aprovação de projetos, políticas públicas, leis, acordos/negociações entre outros.

As Universidades atuam como interventoras no processo de reordenamento territorial, por meio do desenvolvimento de projetos as Universidades podem produzir informações que tendencia tecnicamente e cientificamente a territorialização de elementos não presente no território, como

ações direcionadas a sustentabilidade ambiental.

E, no caso, das empresas do Consórcio formado por THEMAG/ENGEA/UMAH essas do ponto de vista ideológico, já estiveram presente na leitura realizada sobre o PEVRI e concomitantemente despontam como empresas formadas por Grupos de poder econômico e ideológico. Os aspectos econômicos já foram explicados e estão intimamente vinculadas aos elementos de ordem ideológica que fundamentam a criação dessas empresas.

O fato de o Consórcio ser o responsável pelo EIA/RIMA, já demonstra que essas empresas são responsáveis por estudar e relatar as condições legais e as que precisam atenção durante a construção da Usina Hidrelétrica Eng. Sérgio Motta, seguindo as regulamentações imposta pelo Estado.

Os Grupos de poder que atuam na construção ideológica no caso específico do Desenvolvimento Sustentável, é composto por atores possuidores do saber, Bobbio (1987, p. 83), considera a importância social dos que sabem

[...] sejam eles sacerdotes nas sociedades tradicionais, ou os literatos, os cientistas, os técnicos, os assim chamados “intelectuais”, nas sociedades secularizadas, porque através dos conhecimentos por eles difundidos ou dos valores por eles afirmados e inculcados realiza-se o processo de socialização do qual todo grupo social necessita para poder esta junto.

O poder político presente na intermediação dos Grupos de poder na criação do PEVRI é o mais complexo ao ser avaliado, isso porque, a complexidade se dá na conjuntura estruturante de todos os Grupos, listados: CESP, CONAMA, IBAMA, Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Proprietários de terras, SEMADES, Universidades e Consórcio THEMAG/ENGEA/UMAH, esse tipo de poder é [...] *considerado como o sumo poder, isto é, o poder cuja posse distingue em toda sociedade o grupo dominante.* (BOBBIO, 1987, p. 83)

Diferentemente do que se pensa, na contemporaneidade, a política não é sinônimo do poder contratual do Estado, ao contrário disso, diversos pesquisadores já se debruçaram para teorizar a política, mesmo não sendo objeto direto a construção epistemológica desse conceito, para essa tese, destaca-se alguns pensadores que construíram suas reflexões pautadas nesse conceito, como: Johannes Althusius, Aristóteles, Locke, Spinoza, Rousseau, Hobbes, Foucault, Dahl, Balandier e entre outros.

A política inicialmente serviu, para explicar as atividades dinamizadas pela *polis*, ou seja, aquelas que estavam vinculadas as decisões/interesses do Estado, e entendida posteriormente, não necessariamente o Estado é o possuidor da política, isso depende do processo social e histórico.

Para essa pesquisa, considera-se a Política como a forma de atuação de um ator ou Grupo que detém o poder dominante, é por tanto, a materialização das relações sociais de poder, entre a diversidade social, existe, aquele ator ou grupo que detém o poder perante os demais, considerando que há em essência o Poder coativo.

A Política é o que difere o grupo entre dominado e dominador, para Bobbio (1987, p. 83)

De fato, o poder coativo é aquele de que todo grupo social necessita para defender-se dos ataques externos ou para impedir a própria desagregação interna. Nas relações entre os membros de um mesmo grupo social, não obstante o estado de subordinação que a expropriação dos meios

de produção cria nos expropriados, não obstante a adesão passiva aos valores transmitidos por parte dos destinatários das mensagens emitidas pela classe dominante, apenas o emprego da força física serve para impedir a insubordinação e para domar toda forma de desobediência.

A força política, para essa tese tem sido construída no sentido de que as relações de contradição entre os Grupos de poder, atuantes na construção do PEVRI aconteceu de maneira conflituosa. Para compreender a territorialização dessas forças é possível caracterizar todos os grupos enquanto Grupos estruturantes do poder Político, como mencionado.

A força coativa desses Grupos está presente na relação territorializada nas disputas, não necessariamente armada, como também nas disputas econômicas e ideológicas. Um fato destacado, para justificar essa afirmação, é a disputa judicial que alguns proprietários de terras firmaram com a CESP, como as demais reflexões realizadas posteriormente.

Enfatizar a complexidade existente no estabelecimento das relações de poder é necessário, principalmente, porque existe a possibilidade na disputa de poder as relações são estabelecidas em igualdade, isso é a força política de cada Grupo de poder pode ter soma zero, isso é nenhum ganha nem perde na disputa.

Assim, na “guerra” travada pelos Grupos de poder pode ocorrer a combinação, soma zero, essa teoria desenvolvida por Robert Dahl teoria da soma zero.

Robert Dahl e Claude Raffestin corrobora, com as reflexões ao mencionar que o poder não pode ser confundido com a palavra influência, o Grupo que domina o outro mediante o estabelecimento do poder de diferentes formas, é estabelecido originalmente pela atuação do próprio poder, o que separa os Grupos ou atores é o poder.

Por outro lado, a influência é a forma de atuação do Grupo mediante as relações sociais,

*“Existe um acordo geral sobre o fato de que os termos referente à influência designam relações entre humanos”* (DAHL, 1973, p.52). Isso só pode ser convenção de ideologia, sobre a qual teríamos condições de nos estender longamente. A relação entre o latifundiário e o minifundiário na América Latina é de poder ou de influência? É permitido hesitar diante do caráter oportuno da discussão entre influência e poder [...]. *“Para essa sociedade, o poder será definido como resultante da necessidade de lutar contra a entropia que a ameaça de desordem”* (BALANDIER, *op. cit.*, p. 43). (RAFFESTIN, 1993, p. 54)

Assim, o poder tem sua natureza vinculada estreitamente na organização da vida humana em sociedade, não é possível realizar uma definição do conceito porém, é necessário refletir que o poder não é abstrato, ou melhor o abstrato e o concreto são pares dialético.

Mesmo de forma aparentemente pouco conflituosa a criação do PEVRI reestabeleceu “novas” territorialidades, considerando a transformação do poder estabelecido, pode-se considerar que este território foi transformado na mediação do poder político das instituições estatais.

Sabe-se que toda transformação territorial reestabelece poder e funções aos elementos existentes no lugar, ora se há elementos que permanecem/resistem, há também aqueles que são excluídos do processo; a exclusão no caso das UCs, devem ser entendidas como os seres humanos e também elementos da natureza, para compreender isso, serão destacados aqui os elementos presentes no território do PEVRI que de alguma forma interferiu na decisão dos grupos de poder pela escolha do local.

## RESULTADOS PARCIAIS

Foi possível visualizar a criação do PEVRI como medida compensatória, aos danos ambientais causados em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica Eng.º Sérgio Motta. Sua implantação ocorreu em territórios municipalizados com diferentes formas de ocupação humana, ao tratar a ocupação humana, em relação ao território, diretamente, esta se correlaciona a forma de uso e ocupação da terra.

Mesmo sendo uma “Unidade”, que pressupõe a homogeneidade dos elementos que a compõe, nesse caso o processo de criação do Parque precisou ser estruturado de três formas distintas, os grupos de poder existentes na década de 40, 50 e 60 do século XX, não necessariamente estavam presentes na década de 90, porém a construção histórica de cada município deve ser levada em consideração.

O Parque surge apoiado na ideia de conservação da natureza, mas como já visualizado, e tese desta pesquisa este interesse não necessariamente pertence ao local onde será criado a UC, no caso do PEVRI o histórico dos municípios mesmo apresentando disparidades, todos os três municípios foram povoados durante o desenvolvimento de um tipo de atividade econômica.

Neste caso, as atividades econômicas correlacionam ao setor primário de produção, agricultura, pecuária e extrativismo, todas essas atividades humanas, no capitalismo, modo de organização social do Brasil no referido período, é apropriada pelo modelo de produção industrial e executada para satisfazer a necessidade de produção de excedente e alto consumo.

Assim, as UCs são historicamente territórios já ocupados, e territorializados por grupos com interesses distintos, enquanto prevalece o poder econômico dos proprietários de terras, é estabelecido ideologicamente o poder de grupos organizados politicamente para satisfazer a necessidade ambiental.

Pode-se dizer que para esta tese, o poder econômico dos grupos de poder e atores de poder do território dos três municípios são questionados no momento em que o interesse econômico do grupo de poder da CESP é normatizado pelo Estado.

Nesse caso, o Estado será o intermediador do processo de criação do PEVRI, e as atuações dos órgãos representativos do Estado indicaram, assim como o consórcio responsável pelo EIA/RIMA da UH Porto Primavera, o apoio institucional ao poder ideológico de conservação dos elementos naturais.

Sendo possível considerar que a os eixos estruturantes, são estruturados socialmente, esses aspectos internos da composição de cada empresa fomenta a participação dessas enquanto Grupo de poder na dominação dos outros Grupos, durante o processo, principalmente, decisório das ações de criação do PEVRI.

Em suma, a sociedade contemporânea está organizada socialmente em Grupos de poder, entre os Grupos de poder, há mais Grupos dominados do que dominantes; assim, os Grupos dominantes são detentor dos elementos estruturantes do poder, e, esse elemento promove, em alguns casos, a materialização de elementos com diferentes características.

Assim, os Grupos são estabelecidos mediante o poder, porém o poder não é fixo, é transformado na relação estabelecida entre Grupo-Grupo e Grupo-Ator. No entanto, sob outras perspectiva

pode ser que o pesquisador entenda esses mesmos Grupos organizados diferentemente do que está posto nessa tese.

O que se comprova é que os elementos estruturadores do poder desses Grupos não está originalmente vinculado ao lugar de criação do PEVRI, o poder não é local, no período de criação do PEVRI está distante da realidade territorializada.

Ao pesquisar a origem histórica dos municípios verificou-se que esses foram estabelecidos com o objetivo público e privado da exploração dos recursos naturais enquanto matéria prima. Nesse caso, pode-se destacar que era o modelo estruturante do Grupo de Poder dominador do território que decidia sobre o uso do território.

O PEVRI teve a sua forma territorial redefinido, o que anteriormente estava dividido, e politicamente fragmentado em 3 municípios, tornou-se uma unidade, Unidade de Conservação delimitada e estabelecida fisicamente; a estrutura organizacional do poder dos Grupos, considerando os três tipos de poder, legitimou a forma e a estrutura de organização fundiária do território, e ainda, a função da terra, anteriormente, estabelecida para a produção agropecuária, com a UC a área é legitimada para a conservação dos elementos da Natureza, ficando, assim “intocada” pelas atividades econômicas da agropecuária.

Apoiado na análise de Dahl é possível explicar a relação estabelecida entre a CESP e o Consórcio THEMAG/ENGEA/UMAH, a CESP é a empresa construtora da Usina Hidrelétrica Eng. Sérgio Motta, no entanto, não é a responsável por realizar o EIA/RIMA sobre a obra. O EIA/RIMA foi o documento que destacou o local do PEVRI como prioridade para a criação da UC.

Sendo assim, a liberdade do Consórcio THEMAG/ENGEA/UMAH em atuar no estudo de impacto ambiental e publicar o local a ser criado o PEVRI, foi negado a CESP, por normativas que estabelecem que a empresa construtora não pôde atuar diretamente no levantamento de impacto ao meio ambiente.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação*: Lei nº 9.985. Brasília, D. F: Senado, 2000.
- CIDADE, L. C. F. *Visões de mundo, visões da Natureza e a formação de paradigmas geográficos*. In.: Revista Terra Livre nº 17. São Paulo: AGB, 2001(p. 99–118).
- ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. *Termo de Ajustamento de Conduta*. Mato Grosso do Sul. Campo Grande: Ministério Público Estadual, 2001.
- GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (org.) *Unidades de Conservação: abordagens e características geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- ONU. *Relatório Nosso Futuro Comum*. Disponível em: <http://www.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugueso-Comum-Em-Portugues>. Acessado em 12 de jul de 2011.
- PEREIRA, D. B. *Paradoxos do Papel do Estado nas Unidades de Conservação*. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D. B. (org.) *A insustentável leveza da política ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005 (p. 119-142)
- RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

- RAMOS, P. *Desenvolvimento, excedente, desperdício e desigualdade: a insustentabilidade de nosso modo de vida*. In: Martins, R.C.; Valencio, N. F. L. S. (org.) *Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil: desafios teóricos e político-institucionais*. São Carlos: Rima, 2003(p. 35-52).
- RODRIGUES, A. M. *A questão e a (re)descoberta do espaço: uma nova relação sociedade/natureza?* Boletim paulista, n° 73. São Paulo: AGB, 1994 (p. 35-68).
- SANTOS, M. *Sociedade e espaço: a Formação Social como teoria e como método*. Boletim Paulista de Geografia, n°54. São Paulo: AGB, 1977 (p. 81-99).
- SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- BOBBIO, N. *Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política*. Trad. Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- JAPIASSU, H & MARCONDES, D. *Dicionário Básico de Filosofia*. 3ª Ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. (p. 19)
- OLIVEIRA, B. C. *A Política de Colonização do Estado Novo em Mato Grosso (1937 – 1945)*. Dissertação de mestrado. Unesp: Assis, 1999, p. 28-90.
- JESUS, L. C. *Erva-mate: o outro lado. A presença dos produtos independentes no antigo Sul de MT (1870-1970)*. Dissertação de Mestrado: UFMS, 2004, p. 28-35.
- LIMA, P. A. *Transformações da Paisagem nos municípios de Fátima do Sul, Glória de Dourados e Deodápolis: região meridional de Mato Grosso do Sul*. Tese de Doutorado. Rio Claro: Unesp, 2006.
- IMASUL. *Plano de Recurso Hídrico da Bacia Hidrográfica do Rio Ivinhema. Diagnóstico Produto 6*. Campo Grande, 2014.
- BONFIM, J. S. *Colonização particular: atuação da Companhia Viação São Paulo – Mato Grosso (1940-1960)*. Dissertação de Mestrado. Programa de pós-graduação em História – UFGD. Dourados, 2009